

ADESÃO À PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS POR PARTE DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA MÉDICA

Marília Aparecida Silva ALONSO¹, Adryelle Furtado BARBOSA¹, Nídia Gomes Caetano SILVA¹, Kiara de Medeiros Braga CRUZ¹, João Romário Gomes SILVA¹, Sérgio Henrique de Mattos MACHADO¹ & Denise Aparecida SILVA^{1*}

¹Universidade Iguazu - UNIG, Campus V, Itaperuna, Rio de Janeiro, Brasil.

* Autor para correspondência: dearasp@yahoo.com.br

RESUMO

Introdução e objetivos: é observada, informalmente, alguma relutância quanto ao uso dos medicamentos genéricos pelos prescritores, assim, o objetivo da pesquisa foi avaliar a atual aceitação dos médicos quanto ao uso de tais medicamentos. Metodologia: questionário aplicado a 50 profissionais de diferentes especialidades médicas, realizado entre 08 de maio a 12 de agosto de 2013. Resultados: 22% exercem a profissão há menos de um ano, 32% entre um e três anos e os demais há mais de quatro anos. As especialidades médicas incluíram Clínica Médica (30%), Cardiologia (24%), Medicina Intensiva (10%) e outras áreas (36%). Um total de 70% dos profissionais revelou confiança na eficácia do medicamento genérico e 30% não acreditam na eficácia. Avaliou-se a prescrição de medicamentos genéricos e os de referência ou similares, sendo que 32% prescrevem de modo igualitário os genéricos e referência/similares e 24% prescrevem maior número de genéricos. Dentre os profissionais, 54% afirmaram apresentar restrições quanto à substituição do medicamento por ele prescrito por um similar, de referência ou genérico enquanto que 46% não apresentam restrições. Os profissionais foram, ainda, questionados quanto ao medicamento genérico mais prescrito e sobre a preferência na prescrição pelo nome comercial ou pelo princípio ativo, sendo que 54% afirmaram que preferem prescrever pelo princípio ativo e 16% pelo nome comercial. Conclusões: a maioria dos profissionais da área médica confia na eficácia dos medicamentos genéricos; prefere a prescrição pelo princípio ativo; apresenta restrições quanto à substituição do medicamento por ele prescrito e, os medicamentos genéricos mais prescritos são os antibióticos.

Palavras chave: eficácia, medicamentos de referência, medicamentos genéricos, medicamentos similares.

ABSTRACT

Accession of the prescription of generic drug by professionals of the medical area. Introduction and objectives: is observed, informally, some reluctance on the use of generic drugs by prescribers, so the objective of the research was to evaluate the current acceptance of the doctors on the use of such drugs. Methodology: a questionnaire was applied to 50 professionals from different medical specialties during the period of 08 May to 12 August 2013. Results: 22% were exercising the profession for less than a year, 32% between one and three years and the others for more than four years. The medical specialties observed were Internal Medicine (30%), Cardiology (24%), Intensive Care (10%) and other areas (36%). A total of 70% of the professionals showed confidence in the effectiveness of generic drugs and 30% did not believe in. It was evaluated the prescription of generic medicines and the reference or similar, and 32% prescribe generic and reference/similar equitably and 24% prescribe more generic. Among the professionals, 54% said they have restrictions on the replacement of the drug prescribed by a similar or generic or reference drug while 46% have no restrictions. The professionals were also

asked about the most prescribed generic drug and the preference in prescribing by brand name or the active ingredient, and 54% said they prefer to prescribe by active ingredient and 16% by the trade name. Conclusions: Most medical professionals trust the efficacy of generic drugs; prefers the prescription by active ingredient; have restrictions on the replacement of the medication prescribed for him and the most prescribed generic drugs are the antibiotics.

Keywords: effectiveness, reference drugs, generic drugs, similar drugs.

1 Introdução

O mercado brasileiro de medicamentos está exposto a uma nova realidade desde a inserção dos denominados medicamentos genéricos, os quais possuem o mesmo princípio ativo, mesma dose e mesma forma farmacêutica, sendo administrados pelas mesmas vias e com a mesma indicação terapêutica do medicamento de referência, com o qual deve ser intercambiável (ZATTA, 2003). O Ministério da Saúde, através da Lei de Medicamentos Genéricos (ANVISA, 1999), avalia os testes de bioequivalência entre os genéricos e seu medicamento de referência apresentados pelos fabricantes para comprovação da sua qualidade. O que diferencia os medicamentos genéricos é que eles são comercializados pelo nome do princípio ativo e apresentam, impressos nas embalagens, uma tarja amarela com a letra “G” em destaque e os dizeres: Medicamento Genérico – Lei 9.787/99 (ANVISA, 2001). Assim, os testes de bioequivalência são realizados com o objetivo de comprovar se dois produtos de idêntica forma farmacêutica, contendo idêntica composição, qualitativa e quantitativa, de princípio ativo, são absorvidos em igual quantidade e na mesma velocidade pelo organismo de quem os toma. Os genéricos podem substituir remédios de marca a critério médico (ANVISA, 2000).

Para garantir a qualidade do genérico, a ANVISA avalia os resultados do teste de bioequivalência e se não houver diferença entre a velocidade e extensão de absorção dos dois medicamentos, isto quer dizer que eles são intercambiáveis. Apesar da formulação e o processo de fabricação não serem idênticos, o que geralmente ocorre devido aos diferentes equipamentos e fornecedores de matérias-primas empregados por distintos fabricantes, as diferenças não devem comprometer a bioequivalência entre os produtos. Todas as normas técnicas para a realização dos testes com os medicamentos são regulamentadas pela ANVISA, conforme Resolução-RDC n.º 10, de 02 de janeiro de 2001.

O medicamento similar é aquele que possui o(s) mesmo(s) princípios ativos, apresenta a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica. Além disso, é equivalente ao medicamento registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária, podendo distinguir somente em características relativas a tamanho e forma do produto, prazo de validade, embalagem, rotulagem, excipientes e veículos (FONTELES, 2012). O medicamento similar não pode ser intercambiável e se trata de uma alternativa terapêutica cujos resultados podem ser diferentes do medicamento de referência, assim como os processos farmacocinéticos e a disponibilidade (ANVISA, 2011).

A discussão sobre o medicamento genérico no Brasil foi deflagrada em 1991 através do Projeto de Lei 2.022, sendo que após longa tramitação e depois de receber várias emendas e substitutivos, o projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, transformando-se na Lei 9.787, conhecida como “Lei dos Genéricos”, a qual instituiu o medicamento genérico no Brasil (BONFIM, 1999). O governo federal liberou a venda de medicamentos genéricos em fevereiro de 2000 com o objetivo de reduzir os custos com a compra de remédios e facilitar o acesso da população aos tratamentos de saúde. O Governo brasileiro demorou a implementar a política dos medicamentos genéricos no país porque, até há pouco tempo, o Brasil não reconhecia patentes de

medicamentos, isto é, a cópia era permitida e não havia exigência dos testes de equivalência. No Brasil, um medicamento só pode ser considerado genérico se comercializado pela sua denominação genérica (CHIUSOLI et al., 2002).

Apesar de ser o sexto maior mercado farmacêutico do mundo, com um consumo equivalente a R\$ 22 bilhões por ano, apenas 19% da população do Brasil têm acesso aos medicamentos, principalmente devido ao alto preço de tais produtos (LYARD, 2007). A venda de genéricos e similares trouxe uma perspectiva nova, visto que houve aumento da concorrência e desequilíbrio do mercado. A introdução destes medicamentos no mercado incentivou a concorrência no setor, trouxe novas opções ao consumidor e nova percepção e motivação para compra, objetivando aumentar o acesso da população aos medicamentos, melhorar a qualidade dos mesmos e diminuir o custo dos tratamentos médicos. De acordo com Dias (2006), para ter acesso aos genéricos os pacientes devem solicitar ao médico que a receita traga a possibilidade de substituição. Caso a troca seja restrita, o profissional deve dar a orientação clara na receita, para que não haja engano no momento da compra do medicamento. Desde a promulgação da referida lei até hoje, o mercado de medicamentos genéricos tem crescido no Brasil e, segundo informações da ANVISA, no período de 2007 a 2009 houve uma média anual de 1.569 novos registros, alcançando na primeira quinzena de setembro do ano de 2010 a marca de 16.675 registros apresentados de medicamentos (ANVISA, 2010). De junho de 2002 a dezembro de 2007 ocorreu um aumento de 36% na venda de medicamentos genéricos no Brasil. Porém, apesar de todas as estratégias executadas pelo governo no sentido de estimular o uso de medicamentos genéricos, as estatísticas demonstraram que em 2012 o genérico ainda representava cerca de 24% do mercado nacional, quando é igualado a todos os medicamentos à venda (BRASIL, 2012).

A indústria de medicamentos genéricos teve origem na década de 60, tendo como pioneiro o governo dos Estados Unidos, onde os medicamentos genéricos representam atualmente 72% do receituário médico e entram no mercado, em média, três meses após a expiração da patente (OLIVEIRA et al., 2006). Em muitos países da Europa os medicamentos genéricos estão no mercado há mais de 20 anos, sendo o crescimento do mercado mundial de medicamentos genéricos equivalente, em média, a 11% ao ano. Os Estados Unidos, Japão e Alemanha representam cerca de 60% do mercado mundial de genéricos (CHIUSOLI et al., 2002).

Considerando os vários medicamentos, de referência, genéricos e os similares disponíveis no mercado, bem como as vantagens propostas referentes ao uso de medicamentos genéricos, assim como os baixos percentuais de venda nacional, qual tem sido a aceitação dos genéricos pelos profissionais de saúde? Desta forma, o objetivo da pesquisa foi avaliar a aceitação dos médicos quanto ao uso de medicamentos genéricos e relacionar as principais classes de medicamentos genéricos prescritos pelos médicos e os motivos que, potencialmente, possam estar relacionados à resistência na prescrição de tais medicamentos.

2 Metodologia

A pesquisa foi realizada no período de 08 de maio a 12 de agosto de 2013, através de um questionário constituído por 11 questões, disponibilizado para um total de 50 médicos com atuação em diferentes especialidades, sendo as questões referentes à prescrição de medicamentos genéricos. Os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual se garantia a voluntariedade, a total privacidade dos participantes e explicavam-se os objetivos e a importância da participação no presente estudo. A entrevista foi o método escolhido para coleta de dados e opiniões, sendo tais dados transcritos e analisados a fim de avaliar a frequência de

prescrição dos medicamentos genéricos pelos profissionais médicos, com base nos níveis de confiabilidade por eles apresentados.

Os resultados foram avaliados através de estatística descritiva (RODRIGUES, 1993) e tratados através do método de Correlações Paramétricas de *Pearson*, a fim de se calcular sua significância (AYRES et al., 2007).

3 Resultados

Dentre os profissionais que participaram da pesquisa, 23 eram do sexo feminino e 27 do sexo masculino, perfazendo 46% e 54%, respectivamente. Quanto à faixa etária, 31 (62%) apresentavam menos de 30 anos, 15 encontravam-se na faixa etária entre 31 e 40 anos (30%), três entre 41 e 60 anos (6%) e um com mais de 60 anos (2%). Um total de 11 profissionais (22%) exerciam a profissão há menos de um ano, 16 profissionais (32%) entre um e três anos, sete (14%) entre quatro e seis anos, três (6%) entre sete e nove anos, seis (12%) entre 10 e 12 anos e sete (14%) há mais de 13 anos.

A especialidade médica da maioria dos profissionais foi clínica médica, no total de 15 profissionais (30%), seguida de cardiologia no total de 12 profissionais (24%), cinco (10%) na Medicina intensiva e outras áreas com quatro ou menos profissionais no total de 18 (36%), conforme figura 1.

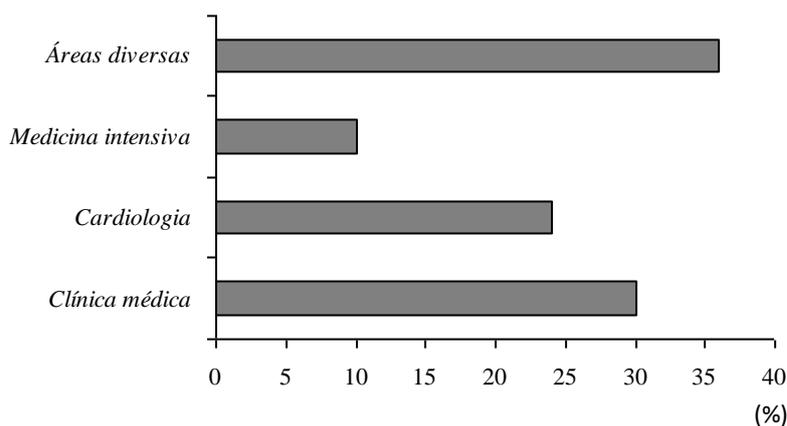


Figura 1. Especialidade médica dos profissionais que participaram da pesquisa.

Um total de 35 profissionais (70%) revelou que confia na eficácia do medicamento genérico, enquanto que 15 profissionais (30%) não acreditam na sua eficácia (Figura 2).

Dentre os medicamentos genéricos prescritos, os antibióticos foram os mais citados pelo total de 29 profissionais (58%), seguidos pelos analgésicos/anti-inflamatórios e pelos anti-hipertensivos citados por 28 profissionais (56%), pelos antidepressivos citados por 10 profissionais (20%), tranquilizantes por seis profissionais (12%) e outras classes por cinco profissionais (10%), os quais incluíam estatinas, anticonvulsivantes, antiagregantes plaquetários, sedativos e alfabloqueadores (Figura 3). Vale ressaltar que alguns profissionais assinalaram mais de uma classe farmacológica.

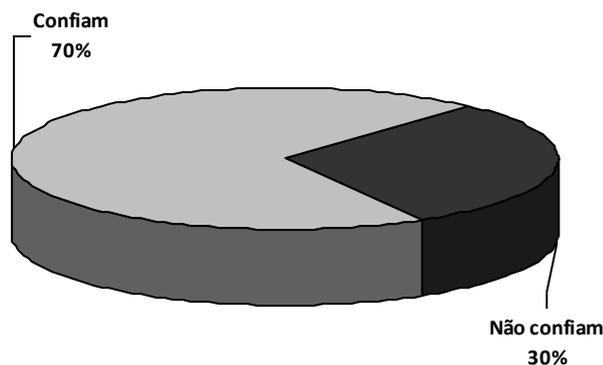


Figura 2. Percentual de profissionais quanto à confiança da eficácia dos medicamentos genéricos.

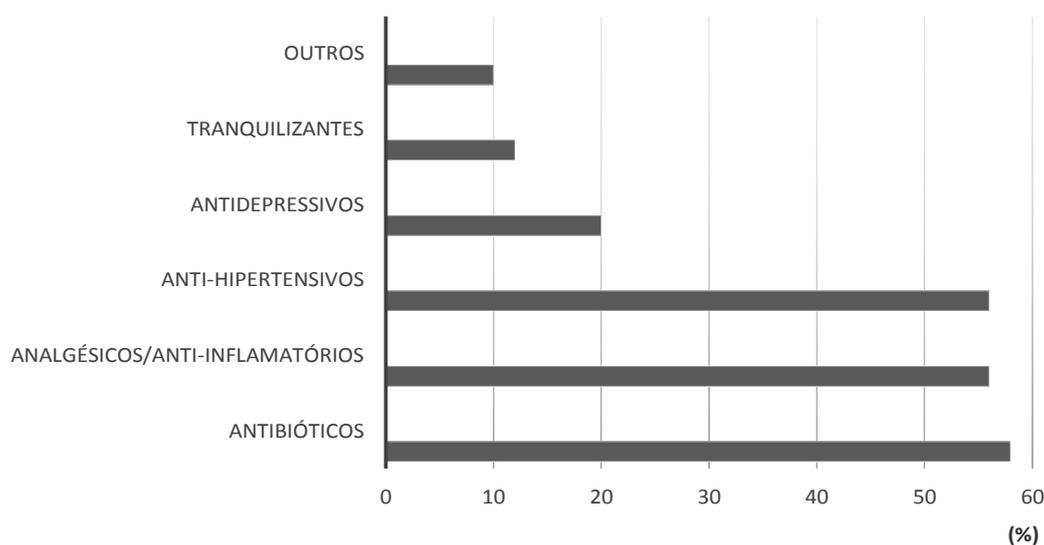


Figura 3. Medicamentos genéricos mais prescritos pelos médicos.

Ao serem indagados quanto à relação da prescrição de medicamentos genéricos e os de referência ou similares, 16 profissionais (32%) afirmaram que a relação é de cerca de 50%, enquanto que 12 profissionais (24%) afirmaram que a prescrição de genéricos é superior, 13 profissionais (26%) revelaram maior prescrição de medicamentos de referência ou similares em comparação aos genéricos e nove profissionais (18%) não opinaram, pois não prescrevem nunca os genéricos (Tabela 1).

Tabela 1. Prescrição de medicamentos genéricos x referência/similares.

Prescrição	Número de profissionais
50% genéricos x 50% referência/similares	16 (32%)
Maior de genéricos	12 (24%)
Maior de referência/similares	13 (26%)
Não opinaram	09 (18%)

A maioria dos profissionais, ou seja, 27 (54%) afirmou que apresenta restrições quanto à substituição do medicamento por ele prescrito por um similar, de referência ou genérico enquanto que 23 profissionais (46%) afirmaram que não apresentam restrições.

Os profissionais foram, ainda, questionados sobre a preferência na prescrição pelo nome comercial ou pelo princípio ativo, sendo que 27 afirmaram que preferem prescrever pelo princípio ativo (54%), oito pelo nome comercial (16%) e 15 revelaram que são indiferentes, porém depende mais do medicamento (30%). E, finalmente, os profissionais foram questionados se já observaram casos nos quais o paciente apresentou resposta insatisfatória com o tratamento com um medicamento genérico e quando substituído por um medicamento de referência ou similar o paciente respondeu bem. Um total de 32 profissionais afirmou que sim (64%) e 18 profissionais responderam que não (36%), de acordo com figura 4.

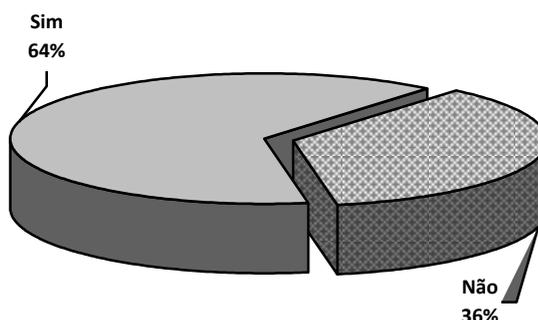


Figura 4. Percentual de profissionais que apresentou ou não melhores resultados ao substituir um medicamento genérico por um referência/similar.

Ao se aplicar o método de correlações paramétricas de *Pearson* referente à correlação entre a idade do profissional e sua confiança nos medicamentos genéricos, apesar da equação de regressão linear sugerir que, quanto maior a idade do médico, menor a confiança (R^2 , também chamado de coeficiente de determinação, é muito baixo), calculou-se uma significância igual a 0,1264 não podendo, portanto, afirmar que os resultados apresentam significância estatística na amostra analisada (Figura 5).

Correlação Idade do Médico e Confiança nos Genéricos

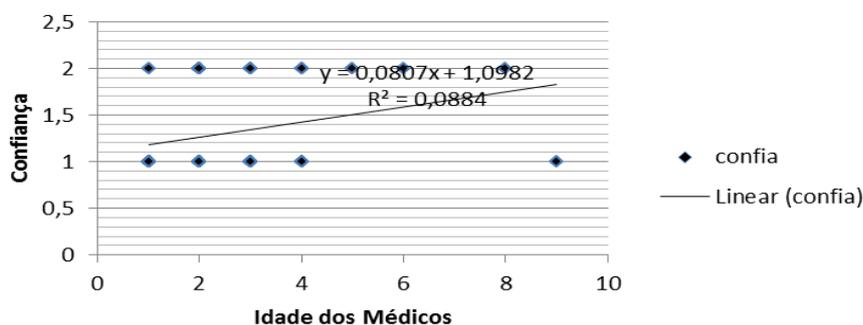


Figura 5. Correlação entre a idade do profissional e sua confiança nos medicamentos genéricos, conforme método de correlações paramétricas de *Pearson*.

No caso da correlação entre o tempo de atividade profissional e a confiança nos medicamentos genéricos, segundo o método de correlações paramétricas de *Pearson* a

significância foi de 0,3362 assim, não apresentando significância estatística na amostra estudada e o Coeficiente de Determinação R^2 indica que apenas 06,05% dos dados obtidos seguem a regressão sugerida. Conclui-se que, apesar do gráfico sugerir que, com o tempo de atuação, os médicos diminuem a confiança nos genéricos, estatisticamente isso não se comprova na amostra analisada (Figura 6).

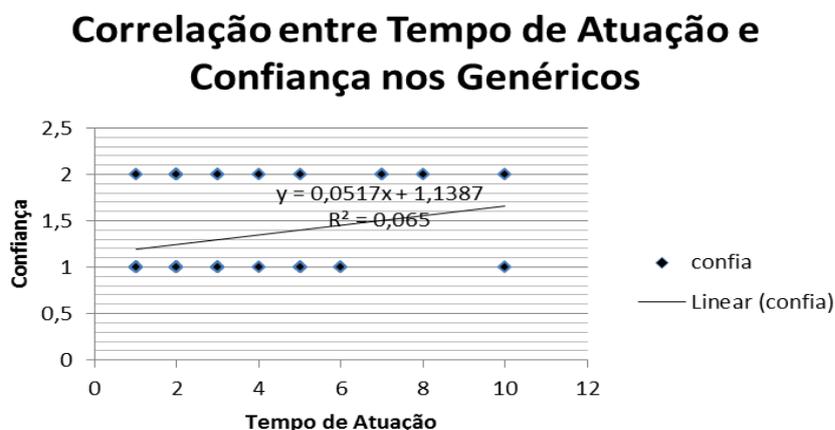


Figura 6. Correlação entre o tempo de atuação do profissional e sua confiança nos medicamentos genéricos, conforme método de correlações paramétricas de *Pearson*.

Ao se avaliar a correlação entre a prescrição e a confiança nos medicamentos genéricos bem como entre a observação de efeitos aquém do esperado e a confiança nos medicamentos genéricos o R^2 apresentou valores equivalentes a 0,5102 e 0,1601, respectivamente, sugerindo que não há correlação entre as variáveis analisadas (figuras 7 e 8).

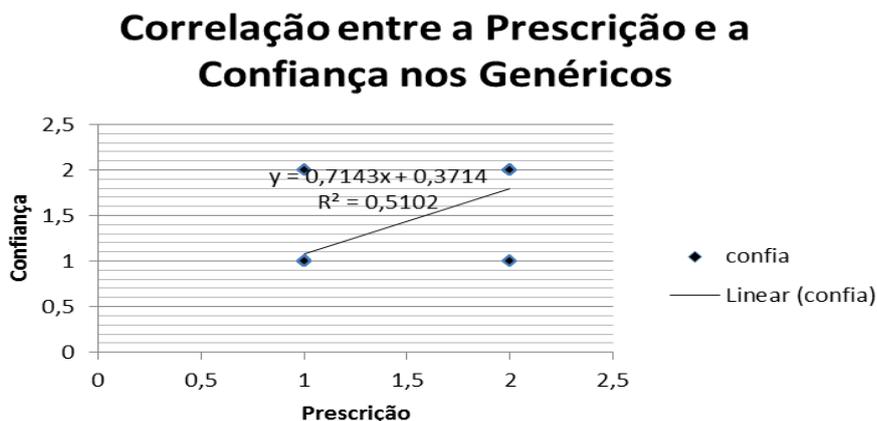


Figura 7. Correlação entre a prescrição e a confiança nos medicamentos genéricos, conforme método de correlações paramétricas de *Pearson*.

Correlação entre Observação de efeitos aquém do esperado e confiança nos genéricos

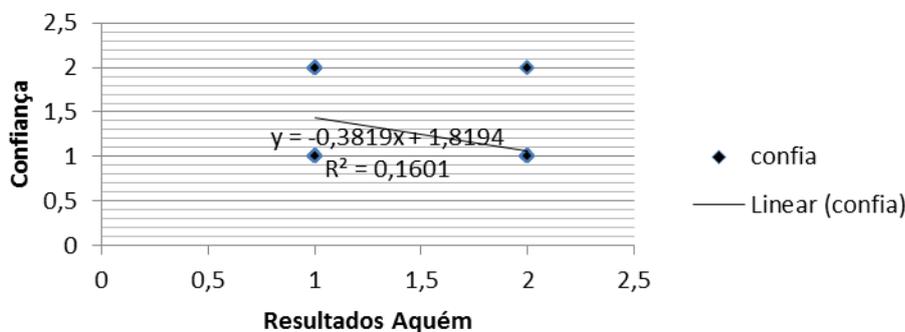


Figura 8. Correlação entre a observação de efeitos aquém do esperado e a confiança nos medicamentos genéricos, conforme método de correlações paramétricas de *Pearson*.

4 Discussão

Ao se comparar o número de profissionais adeptos da prescrição de medicamentos genéricos aos medicamentos similares ou de referência pode-se constatar que menos de 50% da amostra estudada relata a prescrição maior de genéricos sendo que a maioria citou a prescrição de 50% para um e outro. Estes resultados apresentam-se inferiores ao que se observa em outros países e demonstra que medidas mais enérgicas quanto ao uso dos genéricos devem ser estabelecidas. No entanto, deve-se considerar que a introdução dos genéricos em outros países ocorreu há mais tempo e, segundo estimativas o aumento nas prescrições dos genéricos tende a ser gradativo. Um dos problemas mais citados quanto ao uso dos genéricos recai sobre a suspeita de sua baixa eficácia, citada tanto pelos pacientes quanto pelos profissionais. Os resultados indicaram que 70% dos médicos consideram os medicamentos genéricos confiáveis, os quais não estão de acordo com uma pesquisa divulgada em 2011 realizada pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste) segundo a qual 46% dos médicos apresentam dúvidas quanto à eficácia e segurança dos medicamentos genéricos (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2011). Mais recentemente, foi solicitada uma audiência pública na Câmara dos deputados a fim de se discutir reclamações de médicos referentes à ineficácia dos genéricos (AGÊNCIA CÂMARA, 2014). Um aspecto importante a ser colocado é que o medicamento genérico não é submetido aos mesmos estudos clínicos aos quais são submetidos os de referência, sendo sua segurança, eficácia e qualidade asseguradas pelos testes de bioequivalência e biodisponibilidade (PALHARES, 2013). Deve-se, ressaltar, ainda, que são poucos os estudos disponibilizados acerca da eficácia dos medicamentos genéricos e, considerando-se o número de reclamações e suspeitas sobre a baixa qualidade de tais produtos, acredita-se que seja a hora de adotar medidas específicas visando a maior fiscalização de tais medicamentos. Segundo alguns profissionais o comprometimento da eficácia de determinados genéricos poderia estar associado aos excipientes utilizados. Uma pesquisa que avaliou a influência dos excipientes na qualidade da hidroclorotiazida disponibilizada por vários laboratórios indicou o cumprimento da qualidade dos produtos, principalmente em relação aos genéricos (FERREIRA et al., 2013).

Alguns profissionais, conforme outras citações revelam que prescrevem genéricos, mas dão preferência pelos medicamentos menos importantes e que não são fundamentais para a vida do paciente, o que denota, certamente, a falta de confiança nestes produtos. Assim, um aspecto

que corrobora com a confiança dos médicos pelos genéricos, verificada nesta pesquisa, é quanto à classe de medicamentos mais prescrita que foi representada pelos antibióticos, ou seja, medicamentos envolvidos com processos infecciosos e cujo controle é fundamental para o tratamento do paciente, necessitando de produto de qualidade e eficaz. A maioria dos médicos prefere a prescrição pelo princípio ativo, o que favorece o uso dos medicamentos genéricos. No entanto, determinados medicamentos, em especial aqueles que apresentam formulações combinadas com mais de três princípios ativos, são prescritos pelo nome comercial, uma vez que são poucos laboratórios que os disponibilizam.

Por outro lado, apesar da confiança na eficácia dos genéricos, 64% relataram que já apresentaram baixa resposta com o uso dos genéricos e ao substituí-los por outro da mesma classe farmacológica, porém sendo similar ou de referência, a resposta foi favorável. Tal resultado é discrepante ao se comparar com a confiança aos genéricos e se trata de um dado preocupante que torna mais necessário um melhor acompanhamento e fiscalização dos laboratórios envolvidos na comercialização de medicamentos genéricos. Também pode ser considerado um resultado discrepante o fato de que a maioria dos médicos apresenta restrições quanto à substituição do medicamento por ele prescrito, pois ao se considerar que todos são eficazes, não haveria problema na substituição uma vez que esta apresenta como objetivo principal o custo mais baixo ou apenas a disponibilidade no estabelecimento comercial. Um aspecto interessante observado na pesquisa é quanto aos dados estatísticos que sugerem correlação negativa entre a idade e tempo de atuação dos profissionais e a confiança nos medicamentos genéricos, ou seja, quanto maior a idade e o tempo de atuação profissional, menor a confiança nos genéricos, sendo que a idade e o tempo de atuação refletem a experiência do profissional. No entanto, uma vez que os resultados não foram significativos, seria necessária uma amostra maior a fim de se verificar tal correlação.

5 Conclusões

De acordo com a metodologia utilizada pode-se concluir que a maioria dos profissionais da área médica confia na eficácia dos medicamentos genéricos; prescreve medicamentos genéricos ou similares/referência na relação de 50%; prefere a prescrição pelo princípio ativo; apresenta restrições quanto à substituição do medicamento por ele prescrito e, os medicamentos genéricos mais prescritos são os antibióticos. Apesar dos resultados favoráveis ao uso dos medicamentos genéricos, acredita-se que haja necessidade de maior fiscalização quanto à sua produção, com o objetivo de aumentar sua credibilidade, não só pelos profissionais, como também por parte da população.

6 Bibliografia

AGÊNCIA CÂMARA. **Audiência pública na Câmara foi solicitada após reclamações sobre ineficácia e pesquisa mostrando desconfiança de médicos.** Publicado em 05 de junho de 2014. Disponível em: ><http://saudebusiness365.com.br/noticias/detalhe/43909/apos-denuncias-industria-e-anvisa-reiteram-eficacia-de-genericos><. Acesso em: 07 set. 2014.

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução nº 391, de 9 de agosto de 1999.** Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/hotsite/genericos/legis/resolucoes/391_99.htm>. Acesso em: 07 abr. 2014.

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Medicamentos Genéricos.** 2000, p. 01. Disponível em: <<http://www.anvisa.org.br>>. Acesso em: 07 abr. 2014.

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução - RDC nº 47, de 28 de março de 2001.** Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/hotsite/genericos/legis/resolucoes/47_01rdc.htm>. Acesso em: 07 abr. 2014.

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Gerência geral de medicamentos: Consolidado de Normas de Medicamentos Similares, Genéricos e Específicos.** Atualizado em 07/2010. Disponível em: > <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/1e159300474580d58cafdc3fbc4c6735/Consolidado+de+normas+similares,+gen%C3%A9ricos,+especificos.pdf?MOD=AJPERES><. Acesso em: 11 jul. 2014.

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Saiba a diferença entre medicamentos de referência, similares e genéricos.** Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/anvisa+portal/anvisa/sala+de+imprensa/menu+--+noticias+anos/2011+noticias/saiba+a+diferenca+entre+medicamentos+de+referencia+similares+e+genericos>>. Acesso em: 07 abr. 2014.

AYRES, M.; AYRES, L.D.; SANTOS, A.A.S. **Bioestat - Aplicações estatísticas nas áreas das Ciências Bio-médicas.** Universidade Federal do Pará, Belém, 2007, 364 p.

BONFIM, J. R. A. Medicamentos e reforma do setor saúde. São Paulo: **Hucitec/Sobravime**, 1999, p. 236.

BRASIL - MINISTÉRIO DE SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria nº 971, de 15 de maio de 2012 - **Programa Farmácia Popular do Brasil.** Disponível em: >http://bvsm.sau.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0971_15_05_2012.html<. Acesso em: 11 jul 2014.

CHIUSOLI, C.L.; ODA, C.M.; SOUZA, M.J.B.; PACANHAN, M.N. **Marketing social aplicado à Saúde Pública: um estudo exploratório no caso dos medicamentos genéricos como fator estratégico para sua implantação.** VII SEMEAD, 2002. Disponível em: http://www.ead.fea.usp.br/Semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/Terceiro%20Setor/TS08_Marketing.Social.PDF Acesso em 01 de maio 2015.

DIAS, C. R. C.; ROMANO-LIEBER, N. S. Processo da implantação da política de medicamentos genéricos no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 8, p. 1661-1669, 2006.

FERREIRA, T. F. ET AL. Estudo comparativo da influência dos excipientes na qualidade de hidroclorotiazida 25 mg em medicamentos referência e genéricos. **Rev. Ciênc. Farm. Básica Apl.**, v. 34, n. 1, p. 63-68, 2013.

FONTELES, M. M. F. et al. Análise da rotulagem de medicamentos semelhantes: potenciais erros de medicação. **Revista Associação Médica Brasileira**, v. 58, n. 1, p. 95-103, 2012.

LYARD, M. A. P. Patentes de medicamentos: questões. **Cadernos Temáticos**, Propriedade Industrial - Encarte DA Revista DA EMARF - Janeiro, p. 69- 107, 2007.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Quase metade dos médicos duvida da eficácia dos genéricos.** O Estado de São Paulo, 24 de agosto de 2011. Disponível em:

><http://www.estadao.com.br/noticias/geral,quase-metade-dos-medicos-duvida-da-eficacia-dos-genericos-imp-,762861>< Acesso em 07 set. 2014.

OLIVEIRA, E. A., LABRA, M. E., BERMUDEZ, J. A produção pública de medicamentos no Brasil: uma visão geral. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, 2006.

PALHARES, P. H. F. Justiça e tirania na distribuição de medicamentos genéricos: a abordagem do acesso a medicamentos sob a teoria da justiça de Walzer. **Universitas JUS**, v. 24, n. 3, p. 123-137, 2013.

RODRIGUES, P.C. **Bioestatística**. Niterói: Eduff; 1993.

ZATTA, F. N. et al. 2003. **Um Estudo da Inserção dos Medicamentos Genéricos no Mercado Brasileiro**. Disponível em: < <http://www.intercostos.org/documentos/228.pdf>> Acesso em: 11 jul 2014.